

ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI

Mélittem Brito Azevedo, Christiane Rayana Teixeira Silva, Polyane Alves Santos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, melittem@hotmail.com

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, rayteixeira10@hotmail.com

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, polyttamat@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a inclusão escolar de crianças e jovens portadores de algum tipo de deficiência. A educação inclusiva é um direito assegurado pela legislação brasileira, mas não se efetiva somente com a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino. É preciso abolir preconceitos, respeitar e aprender a conviver com as diferenças. Cabe à escola se adaptar ao educando com o intuito de promover o desenvolvimento de suas habilidades e a construção do seu conhecimento, assim como precisa saber os limites impostos pela sua deficiência. A pesquisa realizada é caracterizada como uma pesquisa de campo quantitativa-descritiva, buscou analisar a participação de crianças especiais nas escolas públicas da cidade de Guanambi situada no estado da Bahia. Constatou-se que durante o período letivo elas apresentam melhor desenvolvimento e que há uma convivência harmoniosa durante a maioria das aulas. Analisou-se também a importância do Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional, que oferece atendimento clínico, psicopedagógico e assistência social para as crianças com dificuldades de aprendizagem matriculadas na rede pública de ensino. Esta instituição exerce um papel importante, pois interage com o aluno, com os familiares e com a equipe pedagógica. É notório que a inclusão ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de disponibilização de recursos. Também se observa o quanto esta é responsável por ampliar o aprendizado, não apenas do portador de deficiência como também de toda a comunidade que interage para que não haja segregação. Percebe-se a necessidade de evidenciar a importância do respeito às diversidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária de forma a viabilizar a inclusão em todos os segmentos sociais.

Palavras-chaves: Diversidade, Educação inclusiva, Escolas públicas, Inclusão.



INTRODUÇÃO

A palavra inclusão significa o acolhimento de todas as pessoas sem nenhuma discriminação decorrente da cor, religião, gênero, classe social, condições físicas e psicológicas. Este termo é principalmente utilizado para falar sobre a inserção dos portadores de alguma deficiência física ou mental nos diferentes espaços sociais. Dellani e Moraes (2012) constatam que a educação inclusiva possui como base o respeito, a valorização da diferença e que enfatiza a necessidade de lidar com potencialidades e limitações. Ressalta-se a importância da ação inclusiva principalmente no que se refere ao ambiente escolar.

A típica frase “ Todos têm direito à educação”, é assegurada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), ambas estabelecem que os portadores de necessidades especiais devem estudar preferencialmente nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) ressalta no art. 58 que quando necessário deve ser oferecido pela escola serviços especializados para atender os educandos. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é organizado com a finalidade de complementar a formação dos alunos no ensino regular.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares propicia um ambiente no qual se vê a importância de compreender, respeitar e aprender com as diferenças, além de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, na qual não se veja atitudes discriminatórias; uma vez que a escola é um dos principais locais de convivência para crianças e jovens. Constitui um espaço no qual o aprendizado não abrange apenas os assuntos da sala de aula, vai mais além, pois engloba as relações sociais e a aquisição de valores.

Uma instituição de ensino inclusiva deve adequar a sua didática aos estudantes que possuam alguma deficiência, de modo a explorar todas as possibilidades que auxiliem na construção do conhecimento desses alunos e que promovam a socialização e o seu bem-estar. De acordo com Souza et al. (2011) é preciso a participação ativa dos pais e dos estudantes, novas formas pedagógicas, a pedagogia deve estar centrada no estudante; capacitação dos professores, o educador precisa ser criativo e ultrapassar os conhecimentos teóricos.

Ocorre uma fuga do modelo tradicional de educação, pois cabe à escola a responsabilidade de se adaptar ao aluno, a fim de reconhecer suas dificuldades e promover meios para que ele desenvolva suas habilidades durante o período letivo e não o contrário. “O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino” (MANTOAN, 2003, p. 38).

Essa pesquisa tem por objetivos, verificar a participação de crianças com algum tipo de deficiência nas escolas públicas da cidade de Guanambi, identificar quais são as principais

deficiências dos alunos matriculados, averiguar como é a convivência dos alunos com necessidades especiais com os demais e se estes ampliam seu conhecimento durante o ano letivo. Também foi feita uma investigação acerca do trabalho de uma instituição pública municipal que realiza atendimento clínico com estas crianças e oferece assistência social aos familiares.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nas escolas públicas e no Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional (CREIO) do município de Guanambi-Bahia, é classificada como uma pesquisa de campo, caracterizada pelo método quantitativo-descritivo, pois houve o emprego de questionários e entrevistas para a obtenção de dados referentes a inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais, no período letivo de 2017.

No que se refere ao processo de coleta de dados, os questionários foram enviados por e-mail para maioria das escolas, nas demais este foi entregue na forma impressa uma vez que os disponibilizados pelo meio digital não apresentaram uma boa porcentagem de devolução. A entrevista foi feita no CREIO, local que oferece atendimentos clínicos à crianças especiais no turno oposto ao da frequência em escolas regulares.

É importante destacar que foram analisadas apenas as escolas públicas municipais da cidade, com exceção das creches, não foram enviados questionários para os distritos. O foco estava voltado para a educação básica e o ensino fundamental, não houve investigação sobre os integrantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

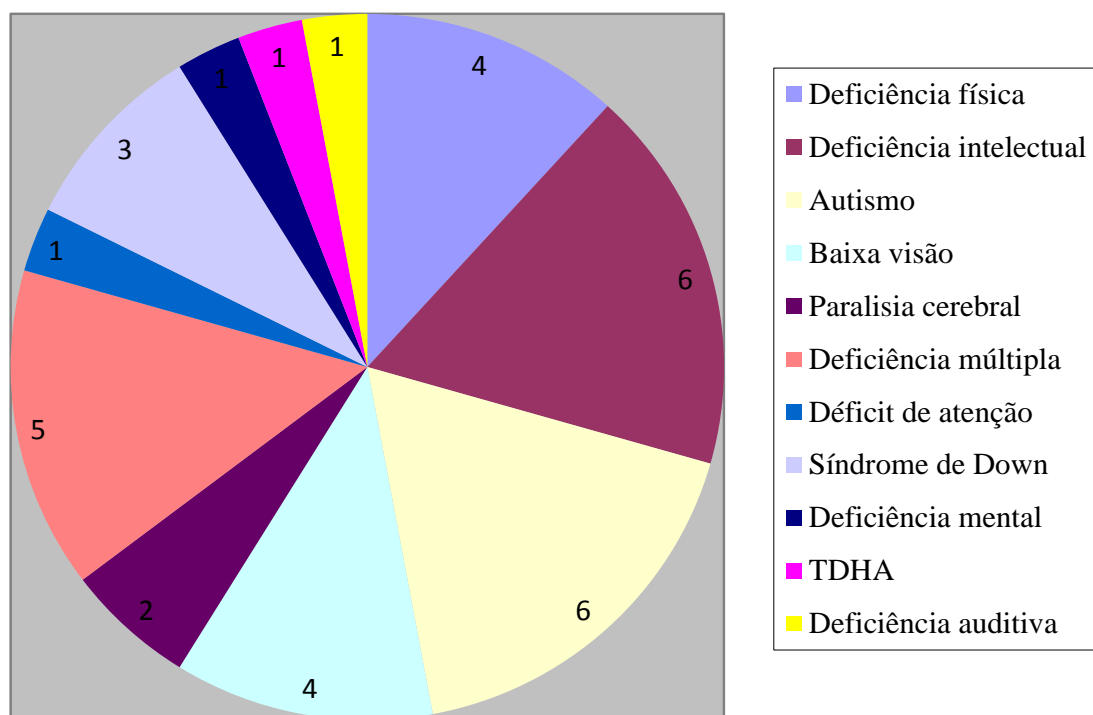
O questionário foi aplicado em catorze das vinte e duas escolas públicas municipais na cidade de Guanambi. As escolas que colaboraram com a pesquisa foram: Joaquim Dias Guimarães, Senador Nilo Coelho, Ivone Fernandes Ribeiro dos Santos, Emília Mila de Castro, Vereador João Farias Cotrim, Enedina Costa de Macêdo, Josefina Teixeira de Azevedo, Dr. Laerte Ribeiro, Maria Regina Freitas, José Neves Teixeira, Rômulo Almeida, Getúlio Vargas, Ercínia Montenegro Cerqueira e Dr. José Bastos. Destas, quatro não possuíam nenhuma criança com deficiência enquanto que em dez possuíam. A distribuição dos alunos matriculados variou muito, verificou-se um total de cento e trinta e quatro crianças matriculadas, uma média de treze por escola. No entanto, esta média não condiz com a realidade, pois a distribuição apresentou valores extremos- inferiores ou superiores à média. A tabela a seguir demonstra de forma mais clara esta distribuição. Para facilitar a compreensão as diferentes quantidades de alunos matriculados em cada escola, consta na tabela como valores.

Tabela 1. Distribuição de matrículas nas escolas regulares.

Total de alunos matriculados nas dez escolas	Média	Valores acima da média	Valores abaixo da média
134	13	45, 25, 18	10, 9, 8, 7, 5, 5, 2

O tipo de deficiência que os alunos matriculados apresentam nas instituições de ensino pesquisadas está exemplificado pela Figura 1:

Figura 1. Os tipos de deficiências mais presentes nas escolas.

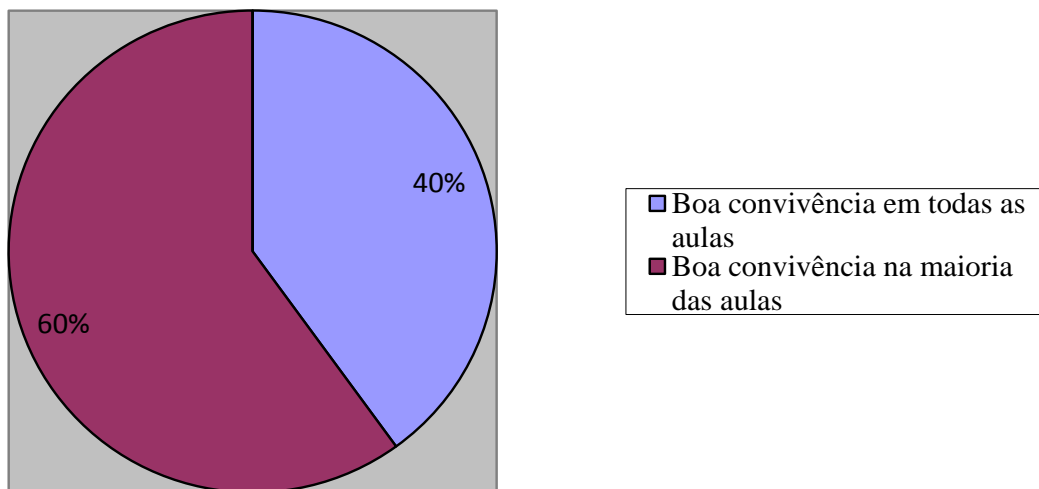


Os valores exemplificados no gráfico correspondem à frequência das deficiências nas escolas pesquisadas. Não se trata de uma maior quantidade de crianças com a deficiência, mas sim das que se apresentaram mais comuns nas escolas pesquisadas. A deficiência intelectual e o autismo foram encontrados em seis escolas, a deficiência múltipla em cinco, seguida por pela baixa visão e

algum tipo de deficiência física em quatro. O déficit de atenção, a deficiência mental, o TDHA e deficiência auditiva, foram relatados em apenas uma escola.

No que diz respeito à convivência entre os alunos com deficiência e os que não possuem, constatou-se que não há preconceito, a convivência durante as aulas é predominantemente boa, conforme está exemplificado na Figura 2:

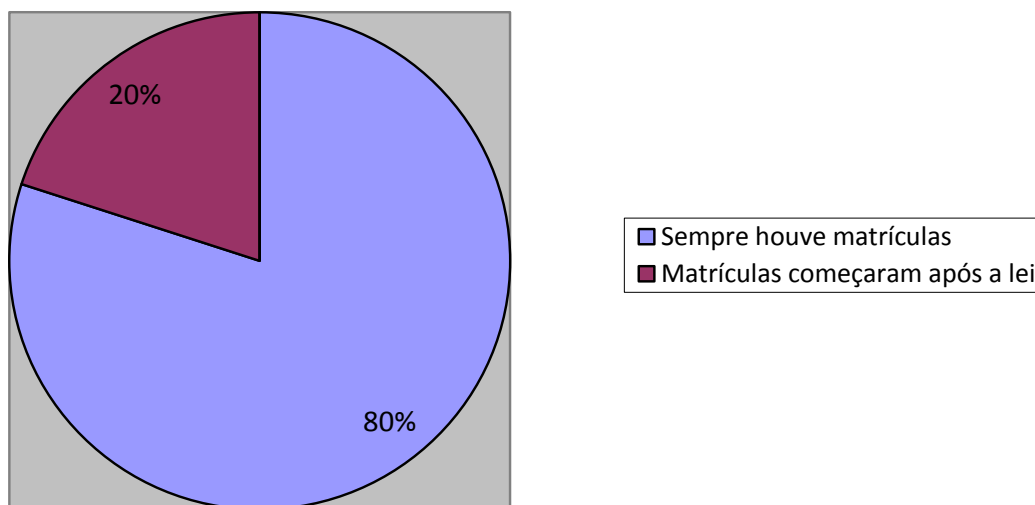
Figura 2. Convivência entre os alunos.



Quanto à convivência das crianças com necessidades especiais educacionais com as sem necessidades, nota-se que é significativamente harmoniosa. Uma vez que todas as escolas que responderam o questionário descartaram a opção: boa convivência em poucas aulas. De acordo com estas instituições não há relatos de casos de preconceito entre os alunos ou discriminação por parte dos docentes.

Outra questão relativa à esta pesquisa foi o questionamento sobre o fato da inclusão sempre estar presente em todos os anos escolares. Conforme mostra a Figura 3, percebe-se que na maioria das escolas sempre ocorreram matrículas, a pequena parcela que nem sempre ofereceu vagas começou a matricular após a legislação entrar em vigor.

Figura 3. Acolhimento das crianças nas escolas.



Também se averiguou que a inclusão das crianças nas escolas regulares faz com que o aluno desenvolva melhor as suas habilidades de aprendizagem, pois em praticamente todas as instituições de ensino analisadas a resposta foi afirmativa. Apenas uma destacou que não sabia informar se havia ou não desenvolvimento. O desenvolvimento analisado tem em foco a interação e ampliação do conhecimento. A pesquisa também foi realizada em uma instituição que atende portadores de alguma deficiência e seus familiares, estes alunos são encaminhados para este espaço após uma avaliação pedagógica feita por diretores e professores. Neste local, segundo a entrevista realizada ocorre desenvolvimentos significativos que são constatados pelos profissionais e pela família.

O Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO), foi criado pela Lei Municipal nº 198 de 26 de setembro de 2007, trata-se de uma instituição pública, mantida pela prefeitura. Oferece serviços especializados para alunos com necessidades educacionais especiais matriculados e frequentes na escolar regular pública municipal. Atende cerca de 300 jovens, a partir de quatro anos, os quais são oriundos da própria cidade e dos distritos de Morrinhos, Mutans e Ceraíma.

Essa instituição é composta por uma equipe formada por quatro psicopedagogas, quatro psicólogas, um fonoaudiólogo, uma assistente social, um intérprete de libras, três integrantes do setor administrativo e dois integrantes dos serviços gerais. Possui o objetivo de proporcionar aos alunos atendidos as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades e singularidades, viabilizar momentos de orientações aos pais, familiares, equipe pedagógica e cuidadores de modo a contribuir para a melhoria da interação social. Trata-se de um trabalho multidisciplinar que envolve a participação da família, da escola e do CREIO com o intuito de viabilizar a inclusão em todos os segmentos sociais.

Os estudantes atendidos apresentam principalmente: Dificuldade na fala e na audição, Deficiência Intelectual (DI); Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Dificuldade e Transtorno de Aprendizagem, inclui dislexia, discalculia e disgrafia; Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), inclui autismo e transtorno de asperges; Transtorno Psicológico, inclui depressão, ansiedade e psicose.

O CREIO oferece atendimento clínico individualizado quinzenalmente e atendimento psicopedagógico uma vez por semana, funciona de segunda a sexta-feira. Há uma grande quantidade de alunos necessitados destes serviços, mas não há como atender toda a demanda local pois há uma carência de profissionais e o espaço teria que ser ampliado. Quando ocorre desistências, devido principalmente à falta de condições em relação ao transporte, a maioria das famílias são de baixa renda, surgem novas vagas.

Todas as crianças atendidas pelo CREIO estão matriculadas na rede pública de ensino, entretanto o contrário não ocorre. Percebe-se que a inclusão na prática, enfrenta muitos desafios, pois nem todas as instituições possui jovens com deficiência matriculados, uma das escolas alegou que não havia matrícula porque a profissional da sala de recursos multifuncionais (espaço físico dotado de equipamentos e materiais didáticos para o Atendimento Educacional Especializado – AEE) havia deixado de trabalhar lá, enquanto que em outros locais não havia esta sala, mas havia alunos. Outro fator que revela dificuldades constitui a carência de condições em relação ao transporte para o CREIO e a grande demanda que não pode ter assistência devido a quantidade de vagas disponíveis. Falta recursos para a efetivação da educação inclusiva.

CONCLUSÕES

Com base na pesquisa feita percebeu-se a importância da educação inclusiva para as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, visto que eles ampliam seu conhecimento, desenvolvem sua interação social e mostram o quanto a diversidade está presente. Verificou-se uma convivência harmoniosa entre os alunos, pautada no respeito às diferenças. Ressalta-se o bom desempenho da interação entre família, equipe pedagógica e da instituição que faz atendimento psicopedagógico e clínico para o desenvolvimento do aluno.

Em virtude do que foi exposto, não se deve menosprezar o fato de que ainda há muito a ser melhorado a fim de realizar uma educação inclusiva de qualidade. Existem muitos desafios a serem extinguidos. Um dos principais fatores analisados foi a carência por recursos, sejam eles estruturais e/ou pedagógicos que limitam a prática inclusiva. Enfatiza-se o fato de ocorrer um rompimento dos paradigmas tradicionais de ensino, pois é preciso uma mudança de atitude da comunidade para se adequar às necessidades dos estudantes. O educador precisa estar atento às limitações do educando e favorecer sua interação com a turma.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.

DELLANI, Marcos Paulo Dellani; MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão**: Caminhos, Encontros e Descobertas. Revista de Educação do Ideau, v. 07, n. 15, 2012. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf>. Acesso em: 6 de setembro de 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SOUZA, Aline de Jesus Souza; PASSOS, Carla Michele Batista; LISBOA, Geise dos Santos; SOUZA, Luciene Santos de; CARNEIRO, Telmária Cana Brasil. **A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais e os desafios do docente em lidar com isso**. Fundação Visconde do Cairu, n. 0, 2011. Disponível em: <www.cairu.br/revista/.../INCLUSAO_CRIANCAS_PORT_NEC_ESPECIAIS.pdf>. Acesso em: 9 de setembro de 2017.